

## **DECRETO Nº 108**

*de 01 de junho de 2021*

**"Revoga o Decreto Municipal N° 077/2021 de 16 de abril de 2021,  
e dá outras providências".**

*CLEDIANE ARECO MATZENBACHER, Prefeita do município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o inciso VII do artigo 76 da Lei Orgânica do Município; Considerando a situação de Emergência no Município de Jardim em razão da COVID-19, declarada através do Decreto n. 042/2021; Considerando a declaração de estado de calamidade pública em razão da grave crise decorrente da pandemia do COVID - 19 (novo coronavírus) Decreto n. 050/2021 do Município de Jardim/MS; Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus; DECRETA:*

### ***Art. 1º.***

*Fica revogado o Decreto n. 77/2021 de 16 de abril de 2021 sendo que o município de Jardim/MS como forma de enfrentamento a propagação do vírus da COVID-19 passará a adotar as seguintes medidas:*

### ***Art. 2º.***

*Fica vedada a circulação de pessoas e veículos nos horários abaixo especificados, conforme a classificação de risco do município, por cores de bandeiras estabelecida no âmbito do Programa de Saúde e Segurança da Economia- PROSSEGUIR:*

#### ***I.***

*Das 20h às 5h, nos municípios classificados com a bandeira na cor cinza;*

## **II.**

*Das 21 h às 5h, nos municípios classificados com a bandeira na cor vermelha;*

## **III.**

*Das 22h às 5h, nos municípios classificados com a bandeira na cor laranja;*

### **Parágrafo único. .**

*Os serviços de atendimento por delivery de alimentação e medicamentos poderão ocorrer durante 24h.*

### **Art. 3º.**

*Fica proibida a reunião de pessoas nas residências e estabelecimentos formais e informais com sede neste município, com a finalidade de festas, comemorações e confraternizações.*

#### **1º**

*Fica proibida aglomeração e reunião de pessoas nas calçadas de suas residências ou comércios;*

#### **2º**

*Ficam proibidas as rodas de conversa com aglomeração, ingestão de bebidas em geral, inclusive tereré, fumar narguilé, assim como a utilização de caixas térmicas, coolers, isopores e similares, nos espaços públicos, sob pena das sanções previstas no art. 12 do presente Decreto.*

#### **3º**

*Fica proibido a utilização das calçadas e espaços públicos para estacionar veículos automotores com intuito de ouvir músicas ou ingerir bebidas alcoólicas.*

**Art. 4º.**

*Ficam suspensas a concessão de Alvarás de Localização e Funcionamento - ALFs, emitidos para realização de atividades com potencial de aglomeração de pessoas, dos estabelecimentos abaixo listados:*

**I.**

*Casas de shows, espetáculos de qualquer natureza e congêneres;*

**II.**

*Boates, danceterias, salões de dança e congêneres;*

**III.**

*Casas de festas e eventos;*

**Art. 5º.**

*Fica proibida a realização de shows com música ao vivo em bares, lanchonetes, restaurantes e afins.*

**Art. 6º.**

*Fica proibida a realização de esportes coletivos que causem aglomeração.*

**Art. 7º.** Durante os horários e os dias de realização das atividades e de funcionamento dos serviços e empreendimento autorizados nos termos deste Decreto deverão ser observados:

**I.**

*a limitação de atendimento ao público de no máximo 50% (cinquenta por cento) da sua capacidade instalada;*

**II.**

*o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas presentes no local;*

### **III.**

*o protocolo de biossegurança aplicável a cada seguimento, o qual está disponível no Departamento de Vigilância Sanitária Municipal;*

**1°**

*Todos os estabelecimentos comerciais no município deverão permanecer com um funcionário na entrada do comércio passando álcool nas mãos das pessoas que irão adentrar ao estabelecimento, bem como fazer o controle do número de pessoas e higienização do local.*

**2°**

**Os Mercados** - com atendimento de até 03 (três) pessoas por vez, por operador de caixa disponível no estabelecimento, que poderão circular simultaneamente no interior do mesmo, desde que garantida a distância mínima de um metro e meio entre elas;

**3°**

**Os Supermercados** - atendimento de até 05 (cinco) pessoas por vez, por operador de caixa disponível no estabelecimento, que poderão circular simultaneamente no interior do mesmo, desde que garantida a distância mínima de um metro e meio entre elas;

**4°**

**Açougues, Peixarias, Hortifrutigranjeiros, quitandas e centros de abastecimentos de alimentos** - com atendimento de até 03 (três) pessoas por vez, por operador de caixa disponível no estabelecimento, que poderão circular simultaneamente no interior do mesmo, desde que garantida a distância mínima de um metro e meio entre elas;

**5°**

**As Agências bancárias, Lotéricas, Correspondentes Bancários**

**e Correios**, com atendimento de até 05 (cinco) pessoas por vez, por operador de setor ou caixa disponível no estabelecimento, que poderão circular simultaneamente no interior do mesmo, desde que garantida a distância mínima de um metro e meio entre elas;

**6°**

**As Concessionárias de serviços públicos (Sanesul e Energisa)** - com atendimento de até 03 (três) pessoas por operador disponível no estabelecimento, que poderão circular simultaneamente no interior do mesmo, desde que garantida a distância mínima de um metro e meio entre elas;

**7°**

**As Serventias Extrajudiciais (Cartórios)** - com atendimento em balcão de no máximo 03 (três) pessoas simultaneamente no interior do estabelecimento, desde que garantida a distância mínima de um metro e meio entre elas;

**8°**

**Bares, Restaurantes e conveniências** - As mesas deverão ser ocupadas por no máximo 04 (quatro) pessoas, com a sua disponibilidade respeitando a distância mínima de um metro e meio entre elas, exceto, quando pertencerem ao mesmo grupo familiar, devidamente identificados, ocasião em que deverá limitar-se a 06 (seis) pessoas;

**9°**

*As Academias de musculação respeitando o disposto nos artigos 7º e 16, inciso V, deste Decreto, bem como cada usuário deste seguimento deverá utilizar de forma individualizada para higienização álcool, devendo obrigatoriamente ser higienizado cada aparelho após a utilização do mesmo.*

**10°**

***As celebrações religiosas em igrejas, templos ou similares,*** respeitando o disposto nos artigos 7º deste decreto, devendo permanecer com uma pessoa na entrada da igreja, templo ou similares, passando álcool nas mãos das pessoas que irão adentrar, bem como fazer o controle do número de pessoas e higienização do local.

**11°**

*O ingresso em mercados, supermercados e congêneres limitar-se-ão a no máximo 1 (uma) pessoa por grupo familiar, sendo que em caso de descumprimento será responsabilizado o estabelecimento comercial em que for verificada a ocorrência acima descrita;*

**12°**

*Fica autorizado a realização dos passeios turísticos no município de Jardim/MS, devendo ser observada o disposto neste artigo.*

***Art. 8º.***

*Fica proibida toda forma de venda e consumação de bebidas alcoólicas em todos os locais de acesso ao público em geral, inclusive lanchonetes, conveniências, bares, restaurantes, barbearias, tabacarias, mercados, supermercados e similares.*

## **Art. 9º.**

*Os Funerais e velórios de pessoas não qualificadas como suspeitas/confirmadas de COVID-19, poderão ocorrer respeitando a distância mínima de um metro e meio entre as pessoas presentes no local, com a permanência máxima de 03h (três horas) e com limite máximo de 15 (quinze) pessoas circulando no ambiente, devendo seguir as medidas de biossegurança.*

## **Art. 10.**

*No caso de óbitos de pessoas com diagnóstico confirmado ou suspeito de COVID-19, os corpos deverão ser embalados em sacos de óbito, colocados em urna lacrada, que não deverão serem abertas em nenhuma hipótese, e seguir diretamente para o sepultamento, sem a realização de cerimônia de velório e sem público presente no cemitério, podendo ser acompanhado por apenas um familiar ou representante da família, conforme orientação emitida pelo PROSSEGUIR - Programa de Saúde e Segurança na Economia.*

## **Parágrafo único. .**

*Quanto aos procedimentos fúnebres de casos confirmados ou suspeitos de COVID-19, conforme previsto no caput deste artigo, este deverão seguir de acordo com a Nota Técnica n. 20 do Ministério da Saúde, a qual será emitida pelo médico legista.*

## **Art. 11.**

*As empresas que não cumprirem o determinado neste decreto sofrerão as seguintes sanções, podendo ser cumulativas, tais como:*

### **I.**

*advertência;*

### **II.**

*multa e/ou cassação do Alvará de Localização e Funcionamento - ALF;*

**III.**

*apreensão do veículo*

**VI.**

*condução coercitiva pelas autoridades competentes.*

**Parágrafo único. .**

*A multa que trata este artigo poderá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por item de descumprimento previsto neste decreto*

**Art. 12.**

*As pessoas físicas que descumprirem este Decreto sofrerão as seguintes sanções, podendo ser cumulativas, tais como:*

**I.**

*advertência;*

**II.** *multa;*

**III.**

*apreensão do veículo;*

**IV.** *condução coercitiva pelas autoridades competentes*

**Parágrafo único. .** *A multa que trata este artigo poderá ser de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por item de descumprimento previsto neste decreto.*

**Art. 13.**

*Qualquer pessoa poderá realizar denúncia ao descumprimento das normas previstas neste Decreto, sendo que estas denúncias poderão ser realizadas por meio do telefone 190 da Polícia Militar.*

**Parágrafo único. .**

*Ficará como competência principal do Departamento de Vigilância Sanitária do Município a fiscalização de festas e atividades que causem aglomeração.*

***Art. 14.***

*A divulgação ou compartilhamento de notícias falsas (fake News) sobre o coronavírus COVID-19, por meio eletrônico ou similar, é considerada descumprimento de medidas de saúde para fins de aplicação de multa sem prejuízo da responsabilização civil e criminal*

***Parágrafo único. .***

*A multa de que trata o caput deste artigo é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ato divulgado ou compartilhado na mídia digital.*

***Art. 15.***

*Recomenda-se às empresas concessionárias de serviços de água, energia, telefone, internet e outros serviços essenciais que não façam a suspensão ou corte pelo prazo de 90 (noventa) dias podendo ser prorrogado.*

***Art. 16.***

*Fica estabelecido o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, por toda população:*

***I.***

*Em espaços públicos, circulação em ruas, avenidas, calçadas, praças, áreas comuns de condomínios verticais e horizontais, e demais ambientes coletivos, sem prejuízo das recomendações de isolamento social e daquelas expedidas pelas autoridades sanitárias;*

***II.***

*Por motoristas e usuários de táxis e transporte individual ou compartilhado de passageiros;*

***III.***

*Para acesso aos demais estabelecimentos comerciais que tiveram as atividades liberadas e contingenciadas;*

**IV.**

*Para o desempenho das atividades em repartições públicas e privadas;*

**V.** *Na realização de atividades físicas, caminhadas, corridas, atividades ciclísticas, academias entre outras.*

**Art. 17.**

*As pessoas contaminadas, que já receberam o diagnóstico da COVID-19, ou as que estão apresentando sintomas, que estejam em isolamento domiciliar, caso venham a descumprir o isolamento ou quaisquer condutas constantes em termo de ciência, responderão criminalmente pelos crimes previstos no art. 267 e 268 do Código Penal, e serão penalizadas conforme artigo 12, parágrafo único deste Decreto.*

**Art. 18.** *Os servidores público municipal com cargo comissionado que for flagrado em festas, aglomerações ou qualquer ato em desacordo com este Decreto poderão ser exonerados.*

**Parágrafo único.** . *O servidor público municipal efetivo ou contratado que for flagrado em festas, aglomerações ou qualquer ato em desacordo com este Decreto poderá ser instaurado processo administrativo competente.*

**Art. 19.** *As medidas previstas neste Decreto entram em vigor na data de sua publicação, sendo vigente até o dia 14 de junho de 2021, revogando-se as disposições em contrário, em especial ao Decreto Municipal 077/2021 de 16 de abril de 2021.*

*Jardim-MS, 01 de Junho de 2021.*

*DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER Prefeita de Jardim*

*- MS*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*